

POLÍTICAS DE ACOLHIMENTO EDUCACIONAL DE IMIGRANTES EM CONTAGEM-MG: estudo sobre a formação da agenda política

Débora Cristina Alves da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil

Daniel Santos Braga

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Brasil

Resumo

Este artigo trata da formação da agenda de políticas sociais de acolhimento a estudantes imigrantes em Contagem, Minas Gerais. À luz da teoria dos múltiplos fluxos e a partir de entrevista semiestruturada, o estudo investigou atores e processos que cooperaram no estabelecimento do programa Escola sem Fronteira como política institucional no âmbito da secretaria municipal de educação de Contagem entre os anos de 2015 e 2020. Foi feita caracterização dos dados educacionais da população imigrante na cidade, com ênfase em estudantes de origem haitiana, bem como identificou-se os problemas, as alternativas e o fluxo político colocados na arena pública do município. Como resultados, foi possível destacar que as demandas das escolas e a atuação de atores individuais e coletivos possibilitou a entrada da questão do acolhimento de estudantes imigrantes na agenda governamental. Porém, a ausência de uma legislação permanente coloca em risco a manutenção do programa em contextos políticos e societários menos favoráveis, o que poderia prejudicar o direito à educação a todos(as) os(as) residentes no país, incluindo imigrantes, preceito previsto na Constituição Federal.

Palavras-Chave: Educação de imigrantes. Políticas sociais. Formação da agenda política. Direito à educação.

Abstract

This article deals with the agenda setting of social policies for welcoming migrant students in Contagem, Minas Gerais. Considering the theory of multiple flows and from semi-structured interviews, the study investigated actors and processes that cooperated in the establishment of the Escola sem fronteiras program (School without Borders) as an institutional policy within the municipal department of education of Contagem between 2015 and 2020. The educational data of the migrant population in the city were characterized, with emphasis on students of Haitian origin, as well as identifying the problems, alternatives and the political flow placed in the public arena of the municipality. As results, it was possible to highlight that the demands of schools and the performance of individual and collective actors allowed the entry of the issue of welcoming immigrant students into the governmental agenda. However, the absence of permanent legislation puts at risk the maintenance of the program in less favorable political and corporate contexts, which could prejudice the right to education to all residents of the country, including migrants, a precept provided for in the Brazilian Federal Constitution.

Keywords: Migrant education. Social policies. Agenda setting. Right to education.

Introdução

A história da migração no Brasil se confunde com a própria trajetória histórica do país. Desde o período da colonização, com a chegada de europeus nas terras que futuramente seriam território brasileiro; passando pelo escravismo na colônia e no império; até os séculos XIX e XX quando o país atraiu intenso fluxo migratório originado de crises político-sociais e guerras que assolavam a Europa e o Japão. Mais recentemente, um novo ciclo de migração tem curso no século XXI: as tragédias naturais no Haiti e suas consequências socioeconômicas (2010); a guerra civil na Síria (2011); a crise humanitária venezuelana (2014); os conflitos étnicos do Congo (2016), e a instabilidade política na Bolívia (2018) repercutem no Brasil que se torna, na América Latina, um dos principais destinos de pessoas que fogem dessas circunstâncias (OIM, 2020). As crises econômicas (2008 e 2014) nos Estados Unidos e na Europa também repercutiram no retorno de brasileiros com seus filhos para o Brasil (NUNAN; PEIXOTO, 2012), podendo ou não, serem classificados como imigrantes.

A chegada dessas famílias nos diferentes municípios do país suscita a (re)organização das sociabilidades em um novo contexto, seja no tocante ao mercado de trabalho, relações afetivas, religiosas, culturais e comunitárias. Um dos espaços que essa inserção social se dá de maneira mais evidente é a educação. Uma possível hipótese para esse destaque é o fato de que a educação escolar pode ser considerada base tanto para crianças e jovens que acompanham suas famílias no processo migratório, como também para a subsistência e recuperação de suas condições de vida que recomeça em um novo país (COOMANS, 2016; CORREA; ALMEIDA, 2018; TOMASEVSKI, 2006; UNESCO, 2019).

De acordo com dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as matrículas de alunas e alunos estrangeiros cresceram 112% no Brasil entre 2008 e 2016, sendo que as escolas municipais e estaduais eram responsáveis por 64% delas (CORREA; ALMEIDA, 2018). Em 2019, havia no país 105.230 estudantes estrangeiros(as) matriculados(as) em escolas brasileiras (INEP, 2021), sendo que a maioria deles(as) estava em São Paulo (28,8%), Roraima (11,8%), Paraná (9,3%), Santa Catarina (8,3%) e Minas Gerais (7,1%).

A legislação brasileira normatiza a presença de imigrantes no país com estabelecimento do preceito constitucional de igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, com garantia, tanto aos(as) brasileiros(as) como aos(as) estrangeiros(as) residentes, de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988, art. 5). A Lei de Migração também prevê direito de educação pública a essa população, na forma de acesso igualitário e livre, com acolhida humanitária para inclusão social, laboral e produtiva do(a) imigrante por meio de políticas públicas (BRASIL, 2017, art. 3, incisos VI; X e XI). Apesar da presença disseminada de imigrantes por diferentes regiões do país e das previsões legais, ainda são poucas as ações institucionalizadas para acolhimento dessa população no campo da educação.

Em Minas Gerais, por exemplo, apesar de ser o quinto estado da federação com maior número de alunos(as) imigrantes (7.996 em 2020), com matrículas de estudantes

estrangeiros(as) em mais da metade dos municípios – 443 de 853 – apenas dez deles contam com normativas destinadas à essa população em suas leis orgânicas (SOUZA, 2018). Mesmo assim, Souza (2018) aponta em seu estado da arte sobre legislação voltada para população imigrante, uma ausência generalizada de políticas relacionadas à assistência social, saúde e educação. Em apenas um dos casos foi possível verificar política específica de acolhimento educacional da população imigrante, refugiados(as), apátridas e suas famílias: a cidade de Contagem, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em matéria de legislação, em 2015 a Secretaria de Defesa Social do município em parceria com o Departamento de Educação em Ações Afirmativas e Diversidade (DECADI), Fundação de Cultura de Contagem e a Fundação de Ensino de Contagem apresentaram um caderno que orientava a comunidade acerca do acolhimento de imigrantes haitianos(as) na cidade, o documento “Escola Sem Fronteiras: um olhar e muitas ações para a inserção social de imigrantes através da educação no município de Contagem” (CONTAGEM, 2015). O caderno baseava sua escrita numa cultura de ensino participativa, que buscava respeitar os processos de (re)construção identitárias dos sujeitos com foco na promoção da cidadania, na consciência e diálogos interculturais (ANUNCIÇÃO, 2018).

Este artigo busca identificar os processos que levaram Contagem a estabelecer na agenda das políticas públicas municipais a questão do acolhimento de estudantes imigrantes através do programa Escola Sem Fronteiras. Afinal, se a grande maioria dos municípios do Estado de Minas Gerais (e do Brasil), incluindo a capital Belo Horizonte, a despeito de contarem em suas redes com estudantes estrangeiros(as), não dispõem de iniciativas nesse sentido, que razões levaram Contagem a pautar o acolhimento de estudantes imigrantes?

Para responder a essa pergunta, esta pesquisa se fundamenta teoricamente nos trabalhos de John W. Kingdon (2003), mais especificamente na teoria dos múltiplos fluxos para a formação da agenda (*agenda setting*). Dentro dessa perspectiva, o objetivo geral do trabalho é identificar os fluxos do processo de estabelecimento da agenda educacional para imigrantes no município de Contagem-MG. Como objetivos específicos, o trabalho buscou i) caracterizar os(as) estudantes imigrantes e a política de acolhimento no quadro geral da rede pública municipal de educação; ii) fazer uma discussão conceitual sobre os fluxos de Kingdon e iii) à luz dessa teoria, descrever as trajetórias e atores da formulação da política de acolhimento da população imigrante na educação de Contagem.

Quanto a metodologia que direcionará nossa pesquisa será de natureza exploratória descritiva, na modalidade estudo de caso. Em relação a abordagem do corpus de análise, a metodologia proposta neste estudo será de natureza quantitativa através da coleta de dados, seguida de uma análise qualitativa, tendo como fontes de análise: microdados da Ed. Básica; análise documental (decretos; leis; atas; portarias; currículo de acolhimento do município de Contagem); entrevista semiestruturada.

Estudantes imigrantes e política de acolhimento em contagem

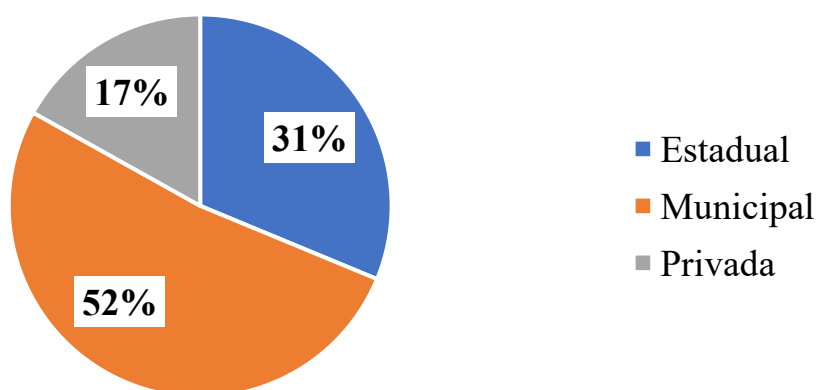
O município de Contagem se destaca no Estado de Minas Gerais não só na recepção dos(as) imigrantes como na positivação de garantias ao acesso escolar para esse público. Em matérias de legislação, a cidade desde 2003 vem instituindo obrigatoriedade das discussões sobre gênero, sexualidade, diversidade sexual e étnico-racial, diversidade religiosa, povos indígenas, quilombolas, ciganos e juventudes no campo da ética, cidadania e dos direitos humanos no currículo da Rede Municipal de Educação (CONTAGEM, 2015).

Em 2020, Contagem concentrava 8% da matrícula de estudantes estrangeiros(as) de Minas Gerais. No ano letivo de 2020, estavam inscritos(as) 224 estudantes estrangeiros(as) de 14 nacionalidades diferentes apenas na rede municipal de ensino de Contagem (INEP, 2021). Os principais países de origem podem ser agrupados em três conjuntos: Haiti (50%); Estados Unidos da América (8,5%); e Portugal (25%). Os(as) demais alunos(as) imigrantes eram provenientes da Bolívia (2), Canadá (1), Colômbia (9), França (1), Guatemala (3), Itália (4), Nigéria (1), Peru (1), Espanha (7), Tailândia (1) e Venezuela (7).

Segundo diagnóstico realizado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, o Município de Contagem contabilizou “46,7% da totalidade de imigrantes haitianos(as) no Estado de Minas Gerais” (CONTAGEM, 2015). Em relação ao alto índice relativo de crianças e adolescentes dos Estados Unidos e Portugal matriculados(as) na educação básica no município de Contagem, não se trata de migração em seus moldes tradicionais, mas de “[...] uma maioria de filhos de retornados, que nasceram no exterior durante a experiência migratória de seus pais representando uma das novas facetas desse cenário migratório” (DÍAZ *et al.*, 2019, p.30).

A maior parte dos(as) estudantes imigrantes estava matriculada nas escolas públicas, com destaque para a rede municipal (Figura 1).

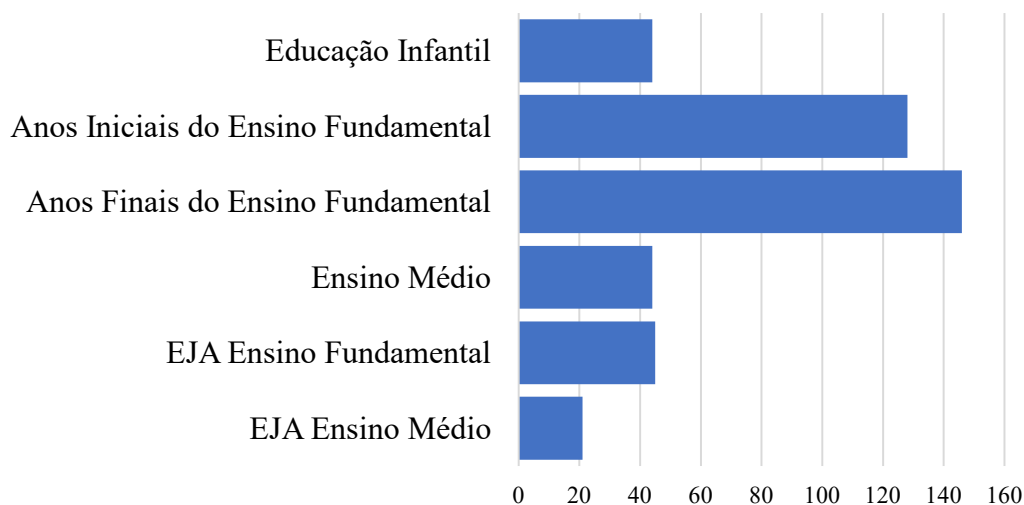
Figura 1 - Distribuição de estudantes imigrantes por dependência administrativa, Contagem (2020)



Fonte: Censo Escolar/INEP, 2021.

Do total de alunos(as) imigrantes de Contagem quanto à etapa de estudo em 2020 (Figura 2), 64,2% estudavam no Ensino Fundamental regular (anos iniciais + anos finais) e 10,5%, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) referente ao Ensino Fundamental (primeiro e segundo segmentos). Percentual próximo ao da EJA Fundamental era o de alunos(as) matriculados(as) nas creches e pré-escolas da Educação Infantil e no Ensino Médio, 10,3% em ambas as etapas.

Figura 2 - Distribuição de estudantes imigrantes por etapa/modalidade de ensino, Contagem (2020)

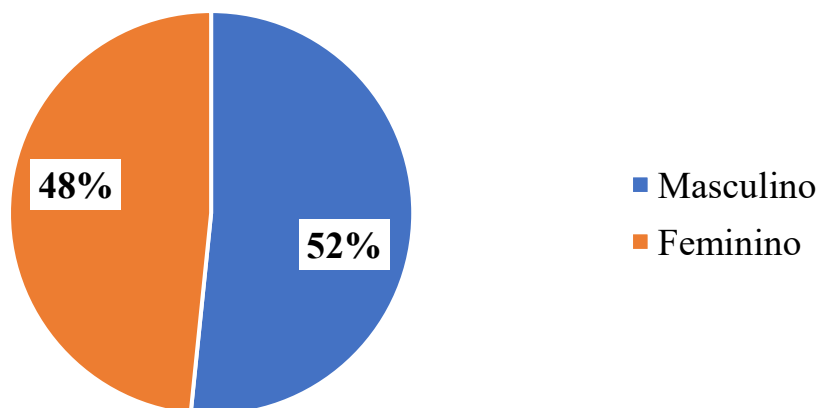


Fonte: Censo Escolar/INEP, 2021.

A distribuição das matrículas na EJA Fundamental vai ao encontro de achados de outros trabalhos. Pesquisas divulgadas pela PUC/MG em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e feita a pedido do Conselho Nacional de Imigração com 340 haitianos(as) revelou que esses(as) estrangeiros(as), na maior parte, jovens do sexo masculino e com nível de instrução equivalente ao fundamental incompleto. Além disso, segundo o Relatório Anual da Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a distribuição por idade dos(as) alunos(as) imigrantes no Ensino Fundamental sinaliza que 72% tinham mais de 14 anos. Ou seja, há indícios de um perfil da migração laboral como dominante.

Em relação à distribuição dos estudantes quanto ao sexo (Figura 3), Correia e Almeida (2018) apontam que a imigração em Minas Gerais se encontra na segunda fase. Isto quer dizer, que a migração está avançando com a chegada das mulheres e das crianças, em processos de reunião familiar. Esse novo afluxo pode refletir na ampliação de matrículas segundo sexo biológico.

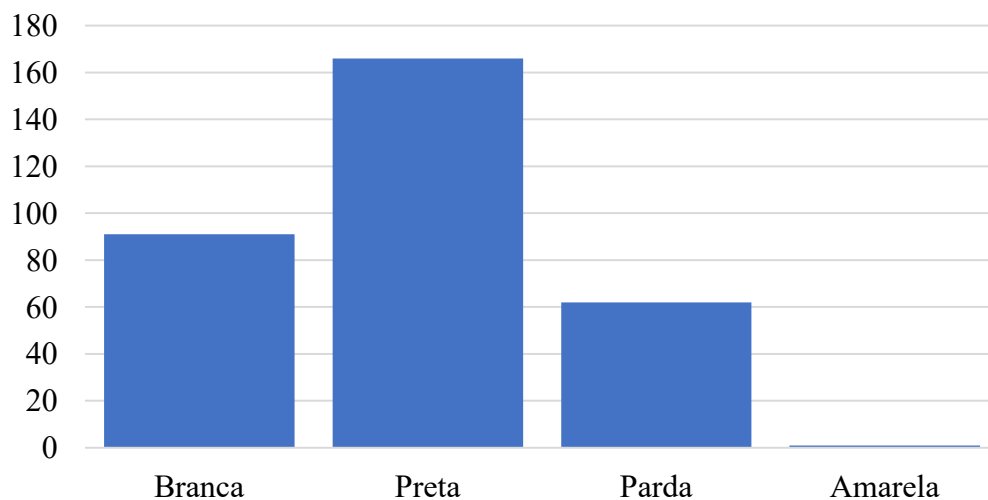
Figura 3 - Distribuição de estudantes imigrantes por sexo biológico, Contagem (2020)



Fonte: Censo Escolar/INEP, 2021.

Observa-se na composição étnica dos(as) estudantes matriculados(as) segundo raça/cor (Figura 4) que, dentre as matrículas declaradas no Censo Escolar 2020, 71,3% responderam serem negros(as) (pretos + pardos).

Figura 4 - Distribuição de estudantes imigrantes por raça/cor, Contagem (2020)



Fonte: Censo Escolar/INEP, 2021.

Explica esse percentual uma vez que, como já exposto, a maior parte dos(as) estudantes imigrantes em Contagem são haitianos(as). No Brasil, diariamente cerca de 20 haitianos(as) cruzam as fronteiras do país e a comunidade atual de 34 mil imigrantes deve atingir os 50 mil nos próximos anos. Cerca de 7% (3.000) dos(as) que desembarcam no país vêm para Minas Gerais, onde encontram trabalho em cidades da região metropolitana de Belo Horizonte, como Esmeraldas, Contagem e Betim (CORREIA; ALMEIDA, 2018).

A justificativa para os resultados encontrados no Censo Escolar 2020 pode ser sustentada por causas diversas: uma entrada mais tardia dos(as) alunos(as) imigrantes no sistema de ensino dificultado, muitas vezes pelo desconhecimento do sistema por parte dos seus familiares; o receio; perante situações de irregularidade dos familiares e/ou dos próprios(as), em contactar as instituições de ensino; a falta de documentação sobre o percurso curricular anterior das crianças e dos(as) jovens, que coloca uma agravante na atribuição de uma equivalência no sistema de ensino brasileiro; falta de domínio do idioma de acolhimento; um maior número de desistência de outros(as) alunos(as) estrangeiros(as).

Diante desse cenário, em 2015, com fundamentação na Lei nº 2.719/95, foi ratificada uma política que visava a integração dos povos (bolivianos, peruanos, salvadorenses, paraguaios, chilenos, africanos e haitianos) residentes no município. Essa foi a primeira lei no Estado de Minas Gerais a instituir diretrizes de acolhimento de imigrantes em âmbito municipal (SOUZA, 2018). Esse acolhimento se deu através do programa Escola Sem Fronteiras, que se operacionalizou na forma de um caderno que orienta a comunidade escolar acerca da educação de imigrantes (CONTAGEM, 2015).

O programa busca promover cultura de ensino participativa, respeitando os processos de (re)construção identitárias dos sujeitos com foco na promoção da cidadania, na consciência e diálogos interculturais (ANUNCIACÃO, 2018). Assim, o caderno Escola sem Fronteiras abarca um prospecto de acolhimento em que são privilegiadas ações didáticas e metodológicas que promovam e despertem a consciência sociocultural, o compartilhamento de saberes, a mitigação dos estereótipos e o diálogo multicultural. Para tanto, o projeto é atravessado por três grandes eixos formativos, a saber: “Direitos e Cidadania; Arte e Cultura; e Geração de Emprego e Renda” (CONTAGEM, 2015, p. 26). Com foco voltado para necessidades imediatas do cotidiano, o programa comporta ainda indicações de materiais, traduções trilingues (português, francês e crioulo haitiano) das cartilhas informativas e documentos de apresentação de serviços públicos tais como Centro de Referência de Assistência Social, Conselho Tutelar, centros de vagas de emprego, proteção ao consumidor etc., com intuito de esclarecer sobre a legislação, normas de convivência e cultura do país de acolhimento (CONTAGEM, 2015).

Em síntese, como exposto, Minas Gerais é o quinto estado brasileiro com maior número absoluto de estudantes imigrantes matriculados(as) no sistema educacional. Os dados do Censo Escolar de 2020 apontam que, do total de alunos(as) estrangeiros(as), aproximadamente três em cada quatro estão em escolas públicas municipais ou estaduais. Considerando apenas alunos(as) de escolas municipais, a população de estudantes imigrantes está distribuída em 292 municípios do estado (INEP, 2021). A rede municipal de Belo Horizonte, capital

de Minas Gerais, é a que concentra a maior parte dos(as) estudantes estrangeiros(as) matriculados(as) em escolas municipais, aproximadamente 22,6% do total do estado. Já Contagem detém 8% dessa população, podendo ser considerada a segunda maior rede municipal quanto a(à) alunos(as) imigrantes, sendo a maioria deles(as), como demonstrado, haitianos(as). A despeito dessa diferença, é exatamente em Contagem que surgiram políticas de acolhimento de estudantes imigrantes.

O problema proposto nesta pesquisa é por que Contagem, com menos da metade de estudantes imigrantes do que Belo Horizonte, desenvolveu políticas públicas de acolhimento escolar para esse público enquanto a rede da capital não? Ou ainda, por que Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, responsável pela rede estadual, que concentra 41,4% dessas matrículas espalhadas por 336 cidades mineira, não tem esse tipo de política? O que fez com que a questão das necessidades e especificidades de estudantes estrangeiros(as), e especificamente de haitianos(as), entrasse no campo de ação das instituições municipais de Contagem que mobilizaram ação pública na proposição da política de acolhimento escolar? Em outras palavras, como essa questão ascendeu à agenda? A questão teórica da formação da agenda será tema da próxima seção.

Formação da agenda política: aportes teórico-conceituais

Diferentes teóricos(as) do campo das políticas públicas se debruçaram sobre a formação da agenda política (*agenda setting*), buscando responder o porquê de algumas questões despertarem atenção da sociedade e passarem a fazer parte da pauta de discussões em detrimento de outras (BRASIL; CAPELLA, 2015). Da mesma forma, interessava a esses(as) teóricos(as) entender o porquê de algumas alternativas serem escolhidas enquanto outras propostas ficam relegadas ao esquecimento (SECCHI, 2014). Uma das mais profícuas teorias de formação de agenda é do americano John W. Kingdon, que fundamentará teoricamente o desenvolvimento da argumentação deste artigo e passa agora a ser explicado.

Em obra de 1984, o autor americano discute dois aspectos do campo das políticas públicas que antecedem a própria decisão política: a formação da agenda e a escolha das alternativas. Em relação à agenda, Kingdon apresenta uma tipologia com três formas de agenda: a agenda não-governamental; a governamental; e a de decisão. A agenda não-governamental se trata do conjunto de assuntos que, embora relevantes para determinados grupos em um dado território (como, por exemplo, a questão da educação da população de imigrantes), não recebem atenção dos agentes decisores (*decision-makers*) a ponto de algo ser efetivamente feito. A agenda governamental diz respeito aos assuntos que são considerados relevantes e que, de maneira geral, recebem atenção do Estado (na forma dos poderes executivo e legislativo) a ponto de existirem proposições de leis e destinação de recursos (KINGDON, 2003).

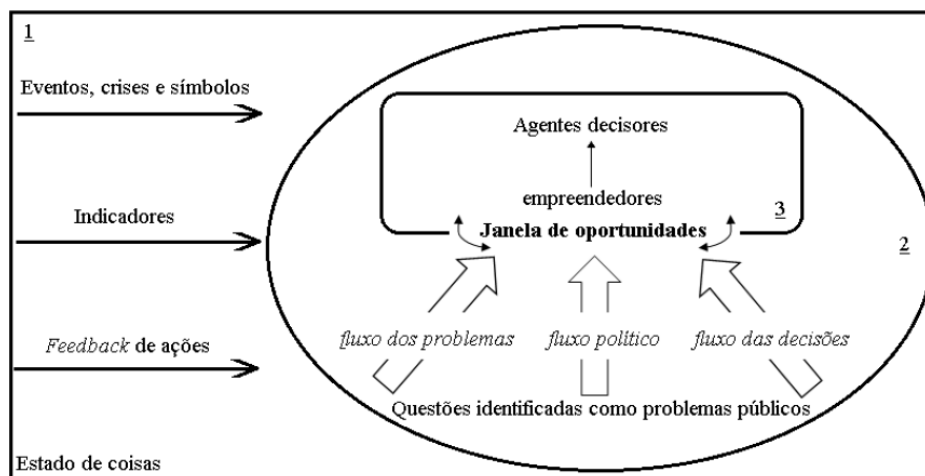
Circunstancialmente, uma questão existente na sociedade, também chamada ‘estado de coisas’ (SECCHI, 2014), mas que ainda não foi constituída como relevante para entrar no radar governamental pode, eventualmente, passar a ser um problema público. Para Kingdon, essa passagem se dá por meio de um fluxo de problemas, efetivados por três tipos de

mecanismos: eventos e crises; aparecimento de indicadores que atestem a magnitude de uma situação impedindo sua ‘invisibilidade’; ou mesmo como respostas às ações governamentais prévias. De uma maneira ou de outra, uma vez que vários problemas concomitantemente demandam atenção do Estado, assim como os variados graus de complexidade dos problemas públicos, os poderes públicos têm de decidir a qual deles dará mais atenção. Kingdon teoriza que essa agenda de decisão (*decision agenda*) seria o processo de formulação e implementação de políticas públicas (KINGDON, 2003).

Para Kingdon, a agenda de decisões é afetada por múltiplos fluxos que podem, categoricamente, serem agrupados em três, além do já mencionado fluxo dos problemas, o fluxo das alternativas e o fluxo político. O fluxo de problemas (*problem stream*) é aquele que se refere as questões subjacentes na sociedade e que afetam a coletividade (*i.e.* problemas públicos). O fluxo das alternativas ou das soluções (*policy stream*) é quando são apresentadas e escolhidas soluções para o problema, seja através de consenso, pressão ou convencimento. Já o fluxo político (*political stream*) é aquele no qual os agentes políticos em suas disputas e acordos parlamentares e eleitorais geram um clima ou humor político, que pode ou não ser captado pela sociedade.

Cada uma das categorias de fluxos coexiste nos sistemas de forma mais ou menos independente um do outro, com regras e dinâmicas próprias e específicas. Porém, existem situações, temporárias, nas quais os fluxos convergem e se acoplam, surgindo uma janela de oportunidades para a elaboração de políticas públicas (*policy window*). Para o autor, essas janelas são abertas em períodos pouco programáveis, mas também em períodos previsíveis, tais como no período eleitoral. A partir da abertura da janela, os empreendedores de políticas (*policy entrepreneurs*) visíveis ou invisíveis, atuam para fomentarem a elaboração da política (KINGDON, 2003). Nem toda questão que adentra à agenda de decisão por uma janela de oportunidades se torna, necessariamente, uma política. Caso não exista definição na arena pública e/ou os empreendedores não consigam fomentar a política, ou ainda, na desacoplagem dos fluxos, a questão pode sair da agenda decisória – e até mesmo da agenda governamental, voltando ao status de estado de coisas, com interesses difusos e sem apelo público.

Figura 5 - Esquema da teoria dos múltiplos fluxos de Kingdon



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Kingdon (2003).

[1] Agenda não-governamental

[2] Agenda governamental

[3] Agenda de decisão

Se o fluxo dos problemas está mais relacionado às percepções públicas e sociais de um dado problema, o fluxo das alternativas e o fluxo político dependem mais da articulação e as ações de atores diversos no jogo político. Para Kingdon, além de atores individuais, existem também atores coletivos que se articulam, de maneira mais ou menos organizada, em comunidades políticas (*policy communities*). Estas são compostas por interessados(as) (*stakeholders*), especialistas, burocratas e outros atores que compartilham uma preocupação em relação a uma dada área. Dentro dessas comunidades, circulam diferentes propostas, que disputam hegemonia internamente. Kingdon, fazendo analogia com a teoria da evolução, aponta que algumas dessas proposições são mais aptas a sobreviverem a esse processo de seleção, enquanto outras são, eventualmente, abandonadas. Essa predominância pode se dar porque algumas ideias se apresentam mais viáveis técnica e economicamente, ou mesmo por quaisquer outros motivos.

A partir desse momento, as comunidades políticas passam a difundir a ideia sobrevivente, não só internamente, mas também para o público geral, com o objetivo de “amaciar” (*soften up*) a opinião pública (ou pelo menos, outros agentes decisores – como em uma disputa legislativa, por exemplo), convencendo-a da sua necessidade/viabilidade.

Como a etapa decisória envolve atores com interesses diversos e capacidades de mobilização desiguais, as alternativas propostas podem encontrar apoio ou rejeição, a depender do grau de seu impacto, real ou esperado (LOWI, 1964; 1972). Assim, antes (e durante, dado que ele é, em grande parte, de ocorrência incerta) o processo de acoplamento dos fluxos, a difusão das alternativas que passaram por *soften up* em uma comunidade interessada em uma política em questão é, para Kingdon, o momento mais favorável para mudanças na agenda e para a formulação de políticas públicas.

Portanto, essas políticas não são decorrentes de um processo racional e individual de determinado governante em si, mas de alternativas colocadas que já foram devidamente

disseminadas pelo *soften up*. Essa difusão faz com que a ideia ganhe cada vez mais adeptos (*bandwagon*) produzindo uma lista restrita de propostas que passaram pelo processo de seleção de alternativas. Ou seja, aberta a janela de oportunidades com o acoplamento dos fluxos, os empreendedores de política mobilizam esforços para a formulação da política que, pelo menos em tese, já encontram apoio junto à opinião pública (*national mood*).

Processos e atores: trajetória da política pública educacional para imigrantes em Contagem

Os dados de perfil sociodemográfico de estudantes imigrantes da rede de Contagem desvelam que essa população não se constitui em número absoluto expressivo. Apesar disso, a questão de seu acolhimento conseguiu inserir na agenda política municipal a necessidade de sua visibilidade através de uma política pública educacional. Esta seção passa a analisar os múltiplos fluxos que resultaram na formação da agenda de educação do município de Contagem.

A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986) que foi realizada com coleta de dados a partir de análise documental de informações da Secretaria de Educação de Contagem e entrevista semiestruturada com Phanel Georges, um dos redatores do programa Escola Sem Fronteiras. A entrevista foi realizada por Videoconferência online uma vez que o entrevistado não está mais no Brasil. Buscou-se estimular o entrevistado a fazer retrospectiva dos principais fatores e processos que levaram ao estabelecimento do programa de acolhimento de estudantes imigrantes na agenda das políticas públicas municipais.

O crescimento da migração haitiana para o Brasil de maneira geral, e para Contagem de modo mais específico se iniciou a partir de calamidade decorrente do terremoto em janeiro de 2010, que atingiu 7.0_mw pontos na escala de magnitude (JOSEPH, 2015). Soma-se a isso crise econômica internacional, guerra civil, crises humanitárias bem como instabilidade política que tomaram conta do Haiti nos anos subsequentes ao abalo sísmico. Assim, entre os anos de 2010 e 2015, cerca de 72.000 haitianos entraram em território brasileiro (JOSEPH, 2015).

Em um primeiro momento (2010-2013), o número de imigrantes foi maior entre os homens, tanto os que entraram com visto concedido no Haiti (como foi o caso do entrevistado), quanto os que vieram pelas fronteiras para tentarem obter refúgio no Brasil. Os(as) imigrantes ainda em busca de visto se concentraram nas áreas de fronteiras. Já aqueles(as) que obtiveram a legalização da documentação e os(as) que já vieram com visto do Haiti, se destinavam com maior prevalência para as regiões Sul e Sudeste do país (BAENINGER; PERES, 2017). Os estudos sobre migração dessa população no Brasil revelam que após tentativas de estabelecimento em outros lugares, sobretudo São Paulo, ocorreu intenso fluxo migratório interno dos(as) haitianos(as) (BAENINGER; PERES, 2017).

Dessa maneira, os(as) primeiros(as) imigrantes do Haiti que chegaram em Contagem, ao conseguirem melhores oportunidades do que em outros lugares, passaram a servir como referência para que família e amigos também se dirigissem ao município para a experiência de viver e trabalhar no Brasil. Isso explica o porquê da maior parte dos(as) haitianos(as) residentes na cidade de Contagem terem desembarcado no Brasil diretamente em Belo Horizonte (CONTAGEM, 2015). Correia e Almeida (2015) apontam que o acolhimento proporcionado pela rede de contatos com amigos e familiares foi decisivo para o crescimento da comunidade haitiana de Contagem, pois a presença de conhecidos e familiares representa segurança e acolhimento para os(as) que migram em seguida. Correia e Almeida (2015 *apud* CASTRO; FERNANDES, 2014, p.6) ainda, indicam que:

Um aspecto determinante da vinda de imigrantes haitianos, especificamente para o município de Contagem, foi a combinação de oferta de trabalho e baixo valor dos aluguéis. Além de empresas de construção civil, alimentos, frigoríficos e redes de supermercados, o Ceasa se destacou como local de trabalho de muitos imigrantes haitianos no município. (CORREIA; ALMEIDA, 2015 *apud* CASTRO; FERNANDES, 2014, p. 6).

Dessa maneira, é possível distinguir que o primeiro momento da onda migratória para Contagem foi realizado por homens, e no momento seguinte (a partir de 2013), há um incremento da migração de mulheres e seus filhos (BAENINGER; PERES, 2017). A chegada desse perfil de imigrantes seja para novas oportunidades de vida e trabalho, seja para reunir-se com familiares que vieram no momento anterior, trouxe consigo a demanda por escolarização. Ou seja, a população recém-chegada manifestou necessidade da inserção de crianças e adolescente em instituições educacionais para o desenvolvimento de novas sociabilidades; para a aprendizagem do idioma; ou ainda para oportunizar tempo para trabalho de seus pais. Observa-se na fala do entrevistado que a população do Haiti, logo que se estabelecia no país de acolhimento, busca como prioridades, a inserção escolar dos filhos:

Os imigrantes procuraram a escola. Nós haitianos, podemos não ter nada, mas a educação é importante. Chegando, a primeira coisa que se faz, é procurar a escola. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

O novo público escolar composto por imigrantes haitianos(as) se deu, como demonstrado na Figura 1, majoritariamente em redes públicas de educação, com mais presença no Ensino Fundamental (*cf.* Figura 2). Por seu número relativamente reduzido, em um primeiro momento, essa presença de estudantes estrangeiros nas escolas ainda não despertava atenção por parte das autoridades educacionais. Dito de outro modo, as condições objetivas de acolhimento das crianças, adolescentes e adultos(as) haitianos(as) nas redes públicas de Contagem estavam a cargo das próprias instituições escolares, que, em geral, não conseguiam fazer um bom atendimento dos(as) estudantes.

Mas chegando na escola existe a barreira linguística para conversar, às vezes a escola tem dificuldade de entender a documentação. [...] Cada escola fazia do seu jeito. Os professores não sabiam como atender. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

À luz da teoria de Kingdon (2003), a situação do acolhimento (ou da falta dele) das crianças, adolescentes e adultos(as) imigrantes nas escolas ainda era uma questão específica dessa população, um estado de coisas que ainda não havia se constituído em um problema público. No fluxo dos problemas (aquele no qual as questões presentes na sociedade podem ganhar visibilidade para a formulação de uma resposta pública, na forma de uma política) o significativo crescimento do número de estudantes estrangeiros(as) poderia ser enquadrado na condição de indicador da questão. Outro mecanismo do fluxo de problemas – o *feedback* – também é evidenciado pela entrevista quando Georges afirma que as escolas passaram a demandar da Secretaria de Educação no sentido de conseguirem estabelecer ações para o atendimento da população imigrante. Segundo a entrevista,

as escolas ligaram para a secretaria dizendo que chegaram haitianos e que elas não sabiam como fazer. As famílias não falam português e os documentos não são bem apresentados ou estão faltando. Então havia a demanda das escolas que pediram alguma ação da secretaria. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

O terceiro mecanismo do fluxo dos problemas que pode ser identificado na entrevista é o papel desempenhado pela Associação dos Haitianos de Contagem (Kore Ayisyen¹), na condição de símbolo que mobilizou atenção em ações de visibilidade dessa população no município. Segundo a entrevista,

A associação tinha o intuito de marcar nossa presença na cidade. A gente realizou festas, manifestações culturais e outros eventos que participávamos na cidade. E desse jeito chamávamos a atenção do poder público para nossa existência. Assim a gente começou a ter visibilidade e começamos a ser convidados para participar de reuniões. Pois temos como objetivo trabalhar a questão da migração. Do imigrante como ator, como protagonista da integração, pois ninguém, sem te conhecer, vai abrir sua porta. Então a gente tem que mostrar a nossa capacidade. [...] A gente partiu dessa ideia e foi assim que começamos a chamar atenção. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

A conjunção desses três mecanismos – o *indicador* do número de estudantes imigrantes; o *feedback* de demandas das escolas; e a associação de apoio aos(às) haitianos(as) como *símbolo* – representa o fluxo de problemas. Em outras palavras, esses mecanismos deram visibilidade à questão do acolhimento escolar de imigrantes haitianos(as) em Contagem alçando-a à agenda governamental, na qual, de maneira geral, passou a receber atenção do poder público.

A chegada de um problema à agenda governamental não significa, em absoluto, sua transformação imediata em política por parte dos agentes decisores. Significa tão somente que se tornou um problema que é percebido, em maior ou menor grau, pelas instituições de Estado. Por isso, um segundo fluxo – paralelo ao primeiro – identificado por Kingdon (2003) é o fluxo das alternativas, no qual são colocadas em pauta diferentes possibilidades com variados custos de execução e complexidade de implementação (CAPELA, 2006). As alternativas não são construídas, a priori, pelos *decision-makers* (legislativo ou executivo), mas por comunidades de políticas, compostas por pesquisadores(as), acadêmicos(as), funcionários(as) públicos(as), grupos de interesse etc.

É possível identificar essa comunidade se mobilizando no período anterior à formulação do Escola sem Fronteiras. Como salienta o entrevistado:

A Secretária de Educação de Contagem tinha uma pessoa que tratava da diversidade e ela entrou em contato comigo depois de uma palestra na PUC e disse que as escolas do município estavam recebendo alunos imigrantes e tendo dificuldades de acolhê-los devido a problemas na documentação, desconhecimento da língua e histórico escolar em outro idioma. Assim eles solicitaram minha ajuda para auxiliar as escolas na recepção desses alunos [...]. [...] Em cima dessa demanda começamos a trabalhar. A gente agendou reuniões com os pais haitianos na associação Kore Ayisyen e verificamos quais são as dificuldades dos alunos; quais documentos tinham; quais documentos não tinham. Fizemos um levantamento [...] para saber em quais bairros tinham mais haitianos e também as escolas com o maior número de matrículas. Mandamos cartas para as escolas. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

Como resultado desse primeiro contato, após levantamento das principais questões apontadas, Phanel Georges afirma que o DECADI passou a buscar uma maneira de institucionalizar as ações de acolhimento na forma de um projeto. Para Georges,

Contagem sentiu a necessidade de realizar o projeto porque estavam recebendo um grande contingente de imigrantes haitianos. Inicialmente o projeto Escola Sem Fronteiras foi pensado para atender todas as nacionalidades, mas posteriormente ficou definido que era para atender os haitianos. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

Como primeira ação para verificar a viabilidade técnica foi feito o que o entrevistado denominou como “sensibilização”, que pode ser enquadrado nos processos de difusão das ideias do projeto (*soften up* e *bandwagon* nas palavras de Kingdon):

Então a gente fez uma campanha de sensibilização e divulgação. Os imigrantes têm outra cultura, outro sistema de educação, outro ordenamento jurídico. Divulgamos aos imigrantes que a educação é gratuita; é direito; e os pais têm a responsabilidade de matricular os filhos na escola. Redigimos informativos sobre o processo para matricular os filhos na escola com tradução para vários idiomas

e foi assim que começamos a divulgar o projeto. Primeiro: a sensibilização. Segundo: a reunião com as famílias nos bairros, nas escolas. Por fim, fizemos a reunião com as escolas explicando sobre a documentação e o acolhimento. Também disponibilizei orientação para as escolas e as famílias que têm filhos e alunos matriculados. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

Cabe discorrer aqui que toda a unidade escolar se constitui como posto para a efetivação da matrícula, independente dos documentos apresentados, seja o pretendente a vaga um(a) cidadão(ã) brasileiro(a) ou estrangeiro(a) (CNE/CEB, 2020). Destaca-se também que o comprovante de residência, certidão de nascimento, histórico escolar entre outros é recomendável, mas não obrigatório para a efetivação da matrícula, conforme expresso no art. 23 e 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Após as primeiras ações de sensibilização, os programas do projeto Escola Sem Fronteiras foram organizados em quatro eixos formativos: i) assessoramento às crianças, jovens e adultos(as) haitianos(as) matriculados(as) nas escolas municipais; ii) fortalecimento das ações comunitárias da população atendida; iii) capacitação de agentes públicos sobre as temáticas de populações imigrantes e itinerantes; iv) e formação de professores(as) para desenvolvimento de ações pedagógicas e linguísticas referentes ao trabalho com os(as) imigrantes e itinerantes (CONTAGEM-MG, 2015). Para Georges,

Por serem crianças temos uma série de garantias de direitos onde quer que estejam, inclusive o direito à educação. Todavia o acolhimento nas escolas é pautado na igualdade. Nosso projeto diz: “Não, essa criança tem que ser acolhida conforme suas necessidades”! Ninguém quando chega a uma escola recebe uma cartilha dizendo como devem tratar as crianças imigrantes. Por isso a importância do trabalho com as escolas, professores, famílias e alunos. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

O Escola sem Fronteira se materializou na forma de um projeto com vistas à promoção de medidas educacionais e sociais para o enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação e preconceito, além da garantia de acesso universal à educação e ações inclusivas para as populações imigrantes e itinerantes. Esse projeto, em parceria com a Kore Ayisyen, desenvolveu, dentre outras ações, festividades como o dia da bandeira, um concurso de cantos (Migra-voz), cursos de português para estrangeiros(as) e um caderno voltado para educadores(as) do município.

Porém, a forma como o projeto está estruturado no DECADI pode ser considerado um motivo de preocupação. Segundo o entrevistado,

[...] não temos uma lei específica para regulamentar o projeto Escola Sem Fronteiras. É um projeto que ainda existe por vontade de quem está na secretaria, mas não temos uma base legal. Assim, qualquer pessoa a qualquer momento pode chegar e dizer: “Eu não gosto dos imigrantes” pode tirar esse projeto. E isso faz com que a gente queira falar do projeto... queremos que isso vire uma lei. A

cidade já tem de tudo para fazer com que esse projeto vire uma lei. Só falta alguém para levantar essa bandeira e dizer que os imigrantes são legais. A gente fica preocupado porque com cada governo que passa, a gente pensa: será que vai continuar? (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

Essa preocupação manifestada pelo entrevistado faz ponte com o terceiro fluxo teorizado por Kingdon: o fluxo político. “Diferentemente do fluxo de alternativas, em que o consenso é construído com base na persuasão e difusão das ideias, no fluxo político as coalizões são construídas a partir de um processo de barganha e negociação política” (CAPELLA, 2006, p. 28-29). Ou seja, independente da questão ser alçada à condição de problema ou das alternativas propostas, o fluxo político tem regras e dinâmicas próprias. Como pode ser atestado na entrevista:

Na época da redação do projeto chegamos a montar um módulo de formação para os professores que estavam atendendo os imigrantes, mas era final de ano e estava próximo das eleições municipais. Carlin Moura perdeu. Chegou Alex de Freitas e o projeto mudou. A nova gestão disse que não queria dar continuidade ao curso de formação de professores e desconfigurou o projeto. Antes tinha muito mais eixos formativos, mas a nova administração resolveu focar nas crianças e nas escolas. Por isso eu digo que uma política não pode ser assim... ficar à mercê da vontade de alguém. Pode ter ajustes, mudanças e adequações, mas não motivados pelas vontades de alguém. Sabe, o que pode ser importante para um governo pode não ser importante para outro. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

Chama a atenção a incerteza da continuidade de projetos em decorrência da mudança da gestão municipal, como é o caso do currículo de acolhimento dos(as) alunos(as) imigrantes. Com a transição do mandato de Carlin Moura do PCdoB (2013 - 2016) para a administração de Alex de Freitas do PSDB (2017 - 2020), o projeto foi descaracterizado, de acordo com Phanel Georges, e os eixos referentes à capacitação de agentes públicos sobre as temáticas de populações imigrantes e itinerante e a formação de professores(as) para desenvolvimento de ações pedagógicas e linguísticas referentes ao trabalho com os(as) imigrantes e itinerantes foram interrompidos, conforme aponta o entrevistado:

Agora que mudou de prefeito, acredito que as escolas vão ter que entrar em contato com a Secretaria e buscar saber sobre o projeto. Se fosse uma política, as escolas poderiam procurar a Secretaria de Educação no setor específico de estrangeiros e resolver a questão dos alunos imigrantes. O currículo de acolhimento é uma ação sem rosto. E pode mudar conforme a gestão. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

Assim, constata-se que a confluência de fluxos de problemas e de alternativas e de decisões políticas em um contexto conjuntural específico abriu uma janela de oportunidades, dentro da qual, atores mobilizaram esforços na construção de uma política pública de

acolhimento de estudantes imigrantes em Contagem. Porém, as janelas de oportunidades têm, em geral, caráter transitório, e da mesma forma que se abrem, se fecham, e a atenção dos agentes decisores pode acabar se voltando para outras questões (CAPELLA, 2006).

É possível concluir que, embora permaneça na agenda política governamental do município de Contagem, como um conjunto de ações isoladas desenvolvidas no âmbito do projeto Escola Sem Fronteira, o acolhimento de estudantes imigrantes na cidade está, por hora, fora da agenda de decisão, pelo menos no tocante à formulação de uma política de natureza mais permanente. Essa parece ser também a percepção do entrevistado, ao afirmar que:

A gente sabe, as políticas públicas de acolhimento podem acontecer de várias maneiras, inclusive pelo projeto Escola Sem Fronteiras. Em Contagem não temos uma política, mas ações e estas acontecem de acordo com a boa vontade de quem está na secretaria. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

A conclusão da entrevista também é elucidativa da questão das políticas de acolhimento para o conjunto da população imigrante haitiana de Contagem e, por conseguinte, a residente no Brasil:

Por isso estamos lutando para a efetivação do projeto. Porque é sempre o mesmo sentido o da caridade. Nós queremos sair desse sentido da caridade e assegurar direitos. A caridade acontece quando der, mas os direitos não. (Phanel Georges, em entrevista aos pesquisadores).

Considerações finais

Neste artigo buscou-se identificar os processos que levaram Contagem a estabelecer na agenda das políticas públicas municipais a questão do acolhimento de estudantes imigrantes através do programa Escola Sem Fronteiras. A pergunta que se quis responder foi: que razões levaram Contagem a pautar o acolhimento de estudantes imigrantes na agenda pública das políticas sociais da cidade?

Observou-se que a demanda pelo acolhimento dos(as) alunos(as) imigrantes nas escolas é algo crescente no contexto nacional, estadual e municipal. Dados do Censo Escolar de 2020 (INEP, 2021) apontam que a matrícula de alunos(as) estrangeiros(as) mais que dobraram na última década. Desse número, 64% estão matriculados(as) na rede pública de ensino e 7,1% das matrículas estão no Estado de Minas Gerais. Ainda segundo o Censo Escolar, o número de alunos(as) imigrantes matriculados(as) da rede pública de ensino de Contagem era de 224 alunos(as), representando a segunda maior rede municipal do estado quanto ao número absoluto de matrícula de estrangeiros(as).

A chegada desses alunos(as) deveria suscitar adequação da oferta de matrículas, das unidades escolares e da capacitação dos(as) docentes para acolher esses sujeitos, com vistas ao cumprimento da Constituição Federal (1988), da LDB (1996) e da Lei de Imigrantes (2017).

Porém, o que se percebe é a ausência, na maioria dos entes federativos, de qualquer ação nesse sentido. No caso de Contagem, a confluência de fluxos independentes (identificação de um problema, proposição de alternativas e fluxo político) resultou na aplicação na cidade da Lei nº 2.719/95, que versava sobre a integração de povos provenientes de diferentes nações que residiam no município (CONTAGEM, 2015). O *feedback* das unidades escolares com demandas de orientações para a atuação junto a esse público somadas às iniciativas individuais e organizadas de grupos de interesse favoreceu a visibilidade da questão no acolhimento na agenda governamental, que resultou no estabelecimento de um programa educativo de acolhimento da população imigrante, o Escola sem Fronteiras.

Contudo, percebe-se que embora o acolhimento dos(as) alunos(as) imigrantes permaneça na agenda governamental do município, o fluxo político não continuou favorável, se desacoplando dos demais fluxos, o que fez com que a questão saísse da agenda decisória e inviabilizou, pelo menos por hora, a elaboração de uma política permanente. Dessa maneira, o acolhimento de imigrantes em escolas do município vem sendo marcado pela descontinuidade e por insuficiência administrativa que acabou prejudicando a efetivação do currículo de acolhimento. Assim, o “Projeto Escola Sem Fronteiras” publicado para promoção cidadã cedeu espaço para uma ação conjuntural, cujas bases se sustentam em práticas de acolhimento fragmentadas, assistencialistas, imediatistas e ameaçada pela descontinuidade da gestão municipal.

Apesar das informações obtidas pela entrevista com um dos principais atores do processo, a ausência de outras perspectivas se constitui um limite para os resultados deste trabalho. Dessa maneira, são sugestões para investigações futuras, abordagens que levem em conta outros(as) atores, institucionais e não-institucionais, além de demais grupos de interesse na questão.

A Lei brasileira rege-se pelo princípio da universalidade do direito ao acesso à educação básica para todas as crianças, jovens e adultos residentes em território nacional, independente da sua nacionalidade e estatuto legal. Princípios que regulamentam os documentos legais que orientam o sistema educativo de Contagem e que, os responsáveis por sua efetivação têm procurado respeitar. Contudo, as dificuldades resultantes de barreiras estruturais e institucionais protelam a efetivação de uma política social sobre o acolhimento dos(as) imigrantes nas unidades escolares.

Nota

¹. ‘Apoio ao haitiano’ em crioulo haitiano.

Referências

ANUNCIACÃO, Renata. F. M. A língua que acolhe pode silenciar? reflexões sobre o conceito de “Português como Língua de Acolhimento”. **Revista Educação em Foco**, v. 13, n. 1, p.35-56, 2018.

- BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. [online]. 2017, v.34, n.1, p. 119-143. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982017000100119&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 27 abr. 2021.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 07 abr. 2021.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- BRASIL. Lei 13.445 de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, 25 maio 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 23 abr. 2021.
- CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 61, 1º semestre de 2006, pp. 25-52. Disponível em: https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/capella_2006_perspectivas-tec3b3ricas-sobre-o-processo-de-formulac3a7c3a3o-de-pol3adticas-pc3bablicas.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.
- CAPELLA, Ana Cláudia N; BRASIL, Felipe G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 101, p. 57-76, mar. 2015. DOI: 10.1590/S0101-33002015000100003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000100057&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2021.
- CASTRO, Maria C. G. de; FERNANDES, Duval M. A Emigração dos Haitianos para cidades brasileiras: Desafios para políticas públicas de integração. In: III SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: CIDADE E DEMOCRACIA. **Anais...** Belo Horizonte, 2014.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE/CEB). Câmara da Educação Básica. Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes imigrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/11/2020&jornal=515&pagina=61>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- CONTAGEM, MG. **Projeto Escola sem Fronteiras**. Secretaria Municipal de Educação: Departamento de Diversidade e Ações Afirmativas. Contagem, 2015.
- COOMANS, Fons. **Educação como um Direito Humano para imigrantes**: uma perspectiva de migração na educação. Cátedra UNESCO em Direitos Humanos e Paz, Centro de Direitos Humanos da Universidade de Maastricht, 2016. Disponível em: <https://en.unesco.org/node/301084>. Acesso em: 7 out. 2020.
- CORREA, Maria A. P. da C.; ALMEIDA, Valquíria. A Migração Haitiana no Estado de Minas Gerais: um estudo sobre políticas de educação inclusiva para imigrantes haitianos no município de Contagem. **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v. 16, n. 1, p. 125-137, janeiro-junho, 2018. Disponível em: <http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/365>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo escolar 2019. Brasília: INEP, 2020. [microdados]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo escolar 2020. Brasília: INEP, 2021. [microdados]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/5866. Acesso em: 27 abr. 2021.
- KINGDON, John. W. **Agendas, alternativas and public policies**. 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan, 2003.

- LOWI, Theodore. **American business, public policy, case studies and political theory.** World Politics, 16 jul. 1964.
- LOWI, Theodore. Four systems of policy, politics and choice. **Public Administration Review**, v. 22, jul./aug. 1972.
- LUDKE, Menga; MARLI, André. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas** - São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_cap3.pdf. Acesso em: 27 abr.2021.
- NUNAN, Carolina; PEIXOTO, João. Crise econômica e retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. **REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 20, n. 38, p. 253 – 250, jan./ jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n38/a14v20n38.pdf> acesso em 27 de abril de 2021.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES (OIM). **Relatório mundial para migração 2020.** Genebra: OIM, 2020. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- SOUZA, Dimas A. de S. **Diagnóstico sobre migração e refúgio em Minas Gerais.** Belo Horizonte: UN-ILIVRECOOP, 2018. 467 p.
- TOMASEVSKI, Katerina. Human Right Obligations: making education available, accessible, acceptable and adaptable. **Right Education Primer**, n.3, 2006. Disponível em: https://www.right-to-education.org/sites/right-to-education.org/files/resource-attachments/Tomasevski_Primer%203.pdf. Acesso em: 7 out. 2020.
- UNESCO. **Fulfilling the right to education for refugees and undocumented migrants.** Unesco, 2019. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/fulfilling-right-education-refugees-and-undocumented-migrants>. Acesso em: 29 maio 2020.

Correspondência

Débora Cristina Alves da Silva: Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Especialista em Gestão Estratégica de Investimentos na Educação Básica (2020) pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - Fundação Oswaldo Cruz. É pedagoga (2019) e historiadora (2014) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Durante o primeiro semestre de 2013 foi intercambista na Universidade de Évora (Portugal).

E-mail: debora.cristina542@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2849-6733>

Daniel Santos Braga: Docente em cursos de formação de professores na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Ibirité). Doutor em 'Educação: Conhecimento e Inclusão Social' pela UFMG com pesquisa no campo de Políticas Públicas em Educação. Graduado em História e Pedagogia.

E-mail: daniel.braga@uemg.br

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5075-4570>

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização dos autores
